



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

**CONTRATO PMSG Nº. 038/2018**

**TERMO DE CONTRATO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, CAPINAGEM, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIOS FIOS DE RUAS E LOGRADOUROS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO / RJ, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL, SENDO O REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO E A SAGA CONSTRUTORA EIRELLI.**

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de 2018 o Município de São Gonçalo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na rua Dr. Feliciano Sodré, nº. 100, Centro, São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado, neste ato, pelo **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, o Sr. FERNANDO JOSÉ DA FONSECA MOREIRA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº. 048249098, expedida pelo CAU/RJ, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF – sob o nº. 720.282.117-68, e do outro lado a **SAGA CONSTRUTORA EIRELLI**, doravante denominada **CONTRATADA**, estabelecida a Rua Jofre Sodré, nº. 15, Barbuda – Magé/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.948.807/0001-04, neste ato, representada pelo **Sr. RAMON ENCARNÇÃO CABRAL**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº. 0955474-51, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF sob o nº. 032.110.577-06, e, tendo em vista a decisão proferida no **Processo Administrativo nº. 19.093/2018** através do **Pregão Eletrônico PMSG nº. 032/2018** assinam o presente Contrato, o qual se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, particularmente pelas normas gerais consolidadas na Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993, pelo Decreto Municipal nº. 142/2004, e ainda pelas cláusulas e condições seguintes:

## **1 – CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PRAZO**

**1.1** O presente contrato tem por objeto a **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE VARRIÇÃO, CAPINAGEM, ROÇAGEM, PINTURA DE MEIOS FIOS DE RUAS E LOGRADOUROS, LIMPEZA DE FEIRAS LIVRES NO MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO / RJ, COM CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR MENOR PREÇO GLOBAL, SENDO O REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO**, conforme especificações constantes no TERMO DE REFERÊNCIA.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

**1.2.-** Os serviços deverão ser prestados no Município de São Gonçalo, com base nas condições presentes no Termo de Referência, parte integrante deste.

**1.3.-** Os serviços terão início, a partir da data de ordem de início, com indicação dos fiscais da **SEMDUR**

**1.4.-** O prazo total para execução objeto da presente licitação é de 12 (doze) meses, contados a partir da expedição da Ordem de Início. Quanto à duração, será observado o que dispõe no inciso II do Art. 57 da Lei Federal 8.666/93, onde os contratos de prestação de serviços prestados de forma contínua poderão ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos limitada a sessenta meses.

**1.5.** O regime de execução será na forma indireta mediante execução por preço unitário.

## **2 – CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

### **2.1 – DA CONTRATADA**

**2.1.1. - A CONTRATADA** deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

**2.1.2.-** Executar os serviços de Varrição no Município de São Gonçalo objetos do presente em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Termo de Referência, do Edital e demais anexos, acompanhados das respectivas notas fiscais e dos comprovantes de medição.

**2.1.3.-** A mobilização de todos os equipamentos e a manutenção que se fizerem necessárias, ficarão a cargo da empresa.

**2.1.4.-** Deverá ser emitido um Diário de Serviço, sendo anotados todos os equipamentos, materiais, efetivo por qualificação, fotos antes e depois dos serviços de capina e roçagem, registro de ocorrência imprevista e os serviços realizados no dia; a falta de emissão deste relatório acarretará impedimento de aprovação de medição mensal.

**2.1.5.-** Deverá ser anexada ao diário, uma cópia da ART e de todos os documentos pertinentes à realização dos serviços, dados pelos órgãos competentes.

**2.1.6. - A CONTRATADA** deverá cooperar quanto à observância dos dispositivos referentes à higiene pública.

**2.1.7. A CONTRATADA** deverá apresentar Certidão atualizada de registro da



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

**2.1.8.** A **CONTRATADA** deverá ter em seu quadro, profissional registrado no CREA com especialidade em Engenharia Sanitária, com experiência nesses tipos de serviços e detentor de Responsabilidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, emitido pelo CREA, para acompanhamento e orientação técnica dos trabalhos de limpeza urbana.

**2.1.9.** A **CONTRATADA** deverá apresentar, para fins de habilitação, da apresentação de Licenciamento Ambiental de Operação expedida pelo órgão competente, para as atividades sujeitas a esse procedimento.

**2.1.10.** Os demais serviços eventuais e ou imprevistos, só serão aceitos, se forem solicitados pela fiscalização.

**2.1.11.** As praças, ruas e avenidas serão sempre varridas em toda sua extensão, independente da dimensão das calçadas e da quilometragem constante na planilha. As medidas são **estimadas** para efeito de orçamento.

**2.1.12.** É de única e exclusiva responsabilidade das empresas participantes desta licitação o levantamento real dos quantitativos orçados. O orçamento constante do edital de licitação não poderá ser utilizado pela **CONTRATADA** para reivindicar serviços extras bem como emitir pleitos visando correção de valores.

**2.1.13.** A **CONTRATADA** deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, uma declaração em papel timbrado e assinado por representante legal da empresa, no qual a **CONTRATADA** declara ter percorrido os logradouros públicos constantes no Termo de Referência e desta forma ter pleno conhecimento do estado físico e medidas constantes no orçamento.

**2.1.14.** Este contrato não contempla pagamento de horas extras para homens e equipamentos.

**2.1.15.** Assumir todos os ônus decorrentes de falhas, omissões, defeitos de instalação e prejuízos outros derivados da má execução do Contrato.

**2.1.16.** Garantir a qualidade no relacionamento entre os seus funcionários e os usuários.

**2.1.17.** Assumir a responsabilidade pelos danos decorrentes da execução do Contrato, independentemente da existência de culpa ou dolo por parte da **CONTRATADA**, salvo se provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste ou a culpa exclusiva do MUNICÍPIO ou da pessoa que sofreu o dano.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018

**2.1.18.** Assegurar à prefeitura o direito de fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços contratados, conforme previsto no Termo de Referência, no Edital e em todos os seus anexos.

**2.1.19.** Responsabilizar-se pelo transporte, zelo pela conservação do (s) objeto (s) e pela (s) despesa (s) oriunda do (s) mesmo (s) durante a prestação do serviço, bem como todos os encargos tributários e outros encargos inerentes a execução dos serviços.

**2.1.20.** Prestar esclarecimentos a **CONTRATANTE** sobre eventuais atos ou fatos noticiados que envolvam independentemente de solicitação.

**2.1.21.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**2.1.22.** Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

**2.1.23.** É obrigação da **CONTRATADA** adimplir com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias pertinentes ao objeto contratado, bem como deve apresentar, à Administração, a prova do adimplemento dessas obrigações. A apresentação dos documentos que confirmarem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias deverá ser feito mensalmente a cada medição.

## **2.2. DA CONTRATANTE**

**2.2.1.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados, provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, com análise técnica das medições realizadas, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**2.2.2.** Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

**2.2.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da **CONTRATADA**, por meio de comissão ou servidor especialmente designado.

**2.2.4.** Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no valor correspondente a execução do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

**2.2.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados, quando em desacordo com as especificações do Edital e seus anexos e legislação aplicável.

**2.2.6.** Notificar, por intermédio de qualquer meio hábil, à **CONTRATADA** por quaisquer irregularidades encontradas na execução do contrato.

**2.2.7.** A **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **3 – CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1 – A despesa decorrente do serviço do objeto no valor de **R\$ 10.131.500,00 (dez milhões e cento e trinta e um mil e quinhentos reais)**, correrá a conta do Programa de trabalho nº **2059.15.452.2083.2203, Natureza de Despesa 3.3.90.39.00 e Fonte de Recurso 00** e Nota de Empenho nº. 1.727/2018.

### **4 – CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**4.1.** - O **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** pagará à Contratada, a importância pactuada, conforme a comprovação dos serviços efetivamente realizados e em conformidade com o item 11 – Medição dos Serviços e item 14 – Valores contidos no Termo de Referência, parte integrante deste.

**4.2.** A cobrança do (s) serviço (s) realizado (s) deverá ser feita pela Contratada, realizando pedido endereçado ao Ordenador de Despesa, devendo vir acompanhada dos seguintes documentos:

**4.2.1** Nota Fiscal/Fatura (duas vias);

**4.2.2** Cópia do Termo de Contrato;

**4.2.3** Cópia de Termos Aditivos se houver;

**4.2.4** Cópia da (s) Nota (s) de Empenho;

**4.2.5** Certidões de Regularidade do Empregador (FGTS) e de débitos relativos a Créditos Tributário, os Federais e a Dívida Ativa da União.

**4.3.** O pagamento da (s) nota (s) fiscal (s) /fatura (s) dos serviços realizados, devidos à **CONTRATADA** serão efetuados pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO** e não poderá ser superior ao prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento da respectiva parcela e sendo apresentada a fatura no protocolo geral.

**4.3.1** O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” por 02



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018

(dois) servidores, representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada.

**4.4.** Nos termos do que dispõe a alínea “d”, Inciso XIV, do Art. 40 da Lei Federal nº. 8.666/93, ficam estabelecidos os seguintes critérios de penalizações e compensações financeiras:

**4.4.1.** Em ocorrendo atraso de pagamento, desde que não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, esta terá direito a receber sobre a parcela devida:

**4.5.1.1.** Multa no valor correspondente a 1% (um por cento);

**4.5.1.2.** Compensação financeira no valor equivalente a variação do IGPM, calculado “*pro rata die*”, entre a data estabelecida para o vencimento da fatura e a data do efetivo pagamento.

**4.4.2** Por eventuais antecipações nos pagamentos devidos, a Contratada concederá ao **MUNICÍPIO** desconto, a título de compensação financeira, no valor equivalente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de antecipação, calculados sobre o valor devido.

**4.5.** A nota fiscal/fatura relativa à cobrança consignará valores em reais e discriminará a especificação dos serviços realizados, nome do banco, agência e número da conta corrente da titularidade da Contratada para serem creditados e deverá ser emitida em duas vias, em nome da Prefeitura Municipal de São Gonçalo, Rua Dr. Feliciano Sodré, n.º 100 – Centro – São Gonçalo, RJ, CNPJ n.º 28.636.579/0001-00, CEP 24.440.440, Inscrição Estadual – Isento de taxa e terá que apresentá-la à unidade solicitante, sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento tantos quantos forem os dias de atraso de envio.

**4.6.** Nenhum pagamento isentará a contratada das responsabilidades contratuais, quaisquer que forem, nem implicará em aceitação definitiva dos serviços realizados.

**4.7.** Na hipótese da cobrança emitida apresentar erros, o **Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano** devolverá os documentos equivocados à Contratada, para fins de substituição, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

**4.8.** Após apresentação da nova cobrança passará a fluir o prazo previsto no subitem 4.5, sem que se possa reclamar multa ou compensação financeira desse período.

**4.9.** A Licitante, quando da contratação, obriga-se a manter em carteira as **faturas originárias** da contratação, sendo vedada sua negociação, tendo em vista que o pagamento será creditado diretamente na sua conta corrente bancária.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018

**4.10.** A Licitante obriga-se, também, a não transacionar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte, quaisquer **OBRIGAÇÕES**, bem como **DIREITOS**, decorrentes do presente instrumento, por ser completamente vedado por Lei e, conseqüentemente, nulo qualquer ato que venha a ser realizado neste sentido pela Empresa que vier a ser contratada.

**4.11.** A Contratada quando da contratação, em nenhuma hipótese, permitirá a realização de protesto de títulos contra o **MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO** em decorrência da negociação, por parte da Contratada, das faturas originárias da contratação, com bancos ou outros agentes financeiros, sujeita às sanções previstas no Edital. Sujeitar-se-á, ainda, a indenizar como perdas e danos, viabilizando, ainda, a aplicação das sanções de suspensão do direito de com ela licitar e contratar, podendo, a Licitante, quando da contratação, ser declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública.

## 5- CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

**5.1** – A **CONTRATADA** deverá seguir estritamente as condições estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste.

## 6. – CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

**6.1.** - É vedado à **CONTRATADA** subcontratar ou transferir o presente Contrato.

## 7 – CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

**7.1.-** A contratada assumirá plena responsabilidade pelos equipamentos e serviços realizados, abrangendo a qualidade, bem como a eventual necessidade de substituição daqueles que não se apresentarem em condições de uso necessário para o cumprimento das obrigações contratuais.

**7.2.-** A Contratada deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato, a ser prestada **no ato de sua assinatura**, em uma das modalidades previstas no artigo 56, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666/93. Seus reforços poderão ser igualmente prestados nas modalidades previstas no § 1º do artigo 56 da Lei Federal nº. 8.666/93. Caso a Contratada escolha a modalidade seguro-garantia, esta deverá incluir a cobertura das multas eventualmente aplicadas.

**7.3.-** Se no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da ciência da Contratada, não for feita a prova do recolhimento de eventual multa por descumprimento das obrigações assumidas no contrato, promover-se-ão as medidas necessárias ao desconto da garantia.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

**7.4.-** A garantia contratual prestada pela Contratada somente será restituída após o integral cumprimento do Contrato, podendo ser retida, se necessário, para quitar eventuais obrigações da empresa.

## **8 – CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**8.1.** O presente Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação do modo de fornecimento dos materiais, em face da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes;
- c) Para restabelecer a relação que as partes pactuaram, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato.

II – Unilateralmente pela Administração:

Quando houver modificação das especificações, para melhor adequação aos seus objetivos;

Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº. 8.666/93.

## **9 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**9.1.** Na hipótese da ocorrência de quaisquer infrações contratuais ou legais, especialmente de inadimplemento de obrigação pela CONTRATADA, o MUNICÍPIO aplicará as seguintes sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993:

Advertência escrita;

Multa;

Suspensão temporária;

Declaração de inidoneidade.

**9.2.** Advertência por escrito, quando a CONTRATADA infringir obrigações ajustadas no CONTRATO e for a primeira falta. Neste caso, será concedido, formalmente, pela FISCALIZAÇÃO, prazo à CONTRATADA para sanar as irregularidades.

**9.3.** Da Aplicação de Multa por Atraso Injustificado ou Inexecução Total ou Parcial do Objeto do Contrato

**9.3.1.** O serviço objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, desde que designado, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato administrativo, observados os prazos estabelecidos para seu cumprimento integral ou parcial, deverão comunicar à autoridade responsável pela contratação





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

a ocorrência de atraso injustificado em sua execução, bem como a sua inexecução total ou parcial, a fim de viabilizar a aplicação das multas previstas na Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

9.3.2. A multa a que se referem o artigo 86 e o inciso II, do artigo 87, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, pode ser definida e aplicada nas situações seguintes:

9.3.2.1. Por atraso, nos Contratos de Compras, em geral;

9.3.2.2. Por inexecução total ou parcial.

9.3.2.3. No caso de atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

9.3.2.4. No caso de atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até o 60º (sexagésimo) dia, multa de 0,4% (quatro décimos por cento) sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

#### **9.4. Das Disposições Gerais com relação à aplicação da multa**

**9.4.1.** Poderá ser aplicada Multa Especial, no valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor da contratação, quando a CONTRATADA, sem a existência de motivo justo, der causa à sua rescisão.

**9.4.2.** Em toda e qualquer fase ou etapa da contratação, estará a CONTRATADA sujeita à multa correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação realizada para complementação ou realização da obrigação.

**9.4.3.** As multas, quando cabíveis e aplicáveis, serão cumulativas com as demais penalidades, eventualmente passíveis de imposição.

**9.4.4.** As multas serão recolhidas em favor da CONTRATANTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação do ato que as impuser à CONTRATADA, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa, constante da alínea f, inciso I, do art.109, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

**9.4.5.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova da sua não aplicabilidade por ato formal do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano.

**9.4.6.** Se os valores das multas referidas nos itens anteriores não forem pagos ou depositados voluntariamente pela CONTRATADA, no prazo estipulado no item **9.4.4.** será promovido o desconto do valor devido. Primeiramente, executando-se a garantia (se houver) e se esta não for suficiente, descontando-se o valor da multa das parcelas a serem pagas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito por parte da CONTRATADA, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado judicialmente.

**9.4.7.** A imposição de qualquer penalidade não exime a CONTRATADA do cumprimento de suas obrigações, nem de promover as medidas necessárias para



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

reparar ou ressarcir eventuais danos, perdas e prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração Pública direta ou indireta.

**9.4.8.** Em se tratando de Compras, será considerado como inexecução total do Contrato, por parte da CONTRATADA, atraso superior a 60 (sessenta) dias corridos.

**9.4.9.** Em todos os casos, a penalidade de multa será aplicada pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano do órgão integrante da Administração Pública Direta.

**9.5.** Suspensão temporária – é a penalidade que suspende a participação em Licitação e declara o impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO, por prazo não superior a dois anos, a ser estabelecida pelo Chefe do Poder Executivo, em despacho fundamentado e publicado.

**9.6.** Declaração de inidoneidade – é a declaração que impede a Empresa Licitante ou CONTRATADA de licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição. Poderá haver a reabilitação perante a própria Autoridade que aplicou a penalidade, assim que a Licitante ou CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**9.6.1.** O processo de pedido de Declaração de Inidoneidade da Licitante ou CONTRATADA será encaminhado para a Procuradoria-Geral do Município para apreciação, antes de ser publicada.

## **10 – CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO E DA INEXECUÇÃO**

**10.1.** As hipóteses de rescisão e inexecução serão regulamentadas pelas disposições contidas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal nº. 8.666/93.

**10.2.** A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, por ato administrativo unilateral, nas hipóteses previstas no Art. 78, Inciso I a XII e XVII e XVIII, da Lei nº. 8.666/93, sem que caiba a CONTRATADA qualquer indenização, sem embargo da imposição das penalidades que se demonstrarem cabíveis em processo administrativo regular.

**10.3.** Em todos os casos a rescisão será formalmente motivada nos autos do processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do parágrafo único do art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

## **11 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS FORTUITOS OU MOTIVOS DE FORÇA MAIOR**

**11.1.** Os casos fortuitos ou motivos de força maior ocorridos com qualquer das partes prolongam, pelo período efetivo de sua duração, o prazo para o cumprimento das obrigações contratuais das PARTES, desde que,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

comprovadamente, afetem os trabalhos relacionados com o objeto deste CONTRATO.

**11.2.** Os casos fortuitos ou motivos de força maior serão informados por escrito pela FISCALIZAÇÃO ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que este decida sobre a atitude a ser tomada, desde que, comprovadamente, afetem a realização do serviço do objeto deste CONTRATO.

**11.3.** Enquanto perdurar o caso fortuito ou o motivo de força maior, nenhuma penalidade, juros ou indenização poderão ser pretendidos pelas PARTES.

**11.4.** Serão para fins deste CONTRATO casos fortuitos ou motivos de força maior aqueles que se enquadrarem na conceituação legal do parágrafo único, do artigo 393, do Código Civil Brasileiro, ou nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

**11.5.** Cessados os efeitos do caso fortuito ou do motivo de força maior, serão restabelecidas as condições previstas neste CONTRATO.

**11.6.** No caso de não ser reconhecida pela CONTRATANTE a alegação de caso fortuito ou motivo de força maior, poderão ser aplicadas as penalidades previstas neste CONTRATO.

## **12 – CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO**

**12.1** – A Administração Municipal publicará no Diário Oficial do Município o extrato do contrato celebrado em decorrência de licitação realizada na modalidade pregão, no prazo de até 20 (vinte) dias da data da assinatura, conforme artigo 31, do Decreto Municipal nº. 142/2004.

## **13 – CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO (CONTROLE E EXECUÇÃO)**

**13.1.** O serviço objeto deste será fiscalizado por servidores do Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, desde que designado, incumbindo-lhe, conseqüentemente, a prática de todos os atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação própria, no Edital de licitação, e nas especificações dos equipamentos e serviços, inclusive quanto a recomendar a autoridade competente a aplicação das penalidades previstas no futuro Contrato e na Legislação em vigor e, ainda, anotar em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando, expressamente o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos verificados, conforme artigo 67 e parágrafos, da Lei Federal nº 8.666/93 e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**13.1.1.** O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

**13.2.** A Contratada se compromete a aceitar todas as decisões, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização e previstos no futuro Contrato, no Edital e Normas Técnicas da ABNT, pertinentes, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações e esclarecimentos que a fiscalização julgar necessário ao desempenho de suas atividades.

**13.3.** A existência e a atuação da fiscalização do MUNICÍPIO em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne ao objeto contratado e as suas consequências e implicações, próximas ou remotas, inclusive perante a terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o artigo 70 da Lei nº. 8.666/93.

**13.4.** A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação aos equipamentos e à qualidade dos serviços, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas, bem como a obrigatoriedade de fiscalizar quanto ao adimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela contratada em decorrência da execução do contrato.

**13.5.** A apresentação dos documentos que confirmarem o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias deverá ser feito mensalmente a cada medição.

## **14 – CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

**14.1** – Fica reservado a fiscalização o direito e autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, duvidoso ou omissos, não previsto neste instrumento, nas especificações, e em tudo que se relacione, direta ou indiretamente com o serviço objeto deste Contrato.

## **15 – CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE**

**15.1.** Quanto à cláusula de reajustamento, ela será aplicada com a periodicidade anual, obedecendo-se em tudo o que dispõe a Lei Federal nº. 9.069 de 29/06/95, alterada pela Medida Provisória nº. 1875.56 de 22/10/99, como a seguir:

**15.1.1.** Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que segue, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuação, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº. 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da IN



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

SLTI/MP nº. 2, de 30 de abril de 2008.

**15.1.2.** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

**15.1.2.1.** O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

**15.1.2.2.** Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

**15.1.3.** Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

**15.1.4.** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação.

**15.1.5.** O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

**15.1.6.** Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

**15.1.7.** Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

**15.1.7.1.** Da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra.

**15.1.7.1.** Do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado.

**15.1.8** Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

valores reajustados, sob pena de preclusão.

**15.1.9.** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

**15.1.10.** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

**15.1.11.** A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

**15.1.12.** Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**15.1.13.** A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

**15.1.14.** Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações e reajustes terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

**15.1.14.1.** a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

**15.1.14.2.** em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

**15.1.14.3.** em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

**15.1.15.** Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

**15.1.16.** A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

### **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

de variação dos custos.

**15.1.17.** O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

**15.1.18.** As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

**15.2.** Ao término do prazo de suspensão da aplicação da cláusula de reajuste, ou sendo revogada a norma que a instituiu, o reajustamento passará a aplicar-se em sua plenitude, mediante emprego do índice de Custo dos serviços, publicado mensalmente.

### **16 – CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**16.1** – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o presente Contrato, dentro do prazo estabelecido, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades previstas na Lei nº. 8.666/93.

**16.2** – A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculado à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de atos da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**16.3** – É prerrogativa do CONTRATANTE as disposições previstas no Art. 58, da Lei nº. 8.666/93.

**16.4** – O presente contrato integra o ato convocatório desta licitação e seus anexos a este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais.

### **17 – CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO**

**17.1** – Obriga-se a CONTRATADA, por si e seus sucessores ao fiel cumprimento de todas as condições estabelecidas neste instrumento, ficando desde já, eleito o foro da Comarca de São Gonçalo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do presente instrumento.

Para firmeza e validade do que ficou estipulado as partes contratantes assinam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
MUNICÍPIO DE SÃO GONÇALO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 032/2018**

<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO</b>  <b>CONTRATANTE</b>	<b>SAGA CONSTRUTORA EIRELLI</b>  <b>CONTRATADA</b>
---	--

**TESTEMUNHAS:**

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_